



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Segundo Concurso de Ingresso na Carreira de Defensor Público do Estado de São Paulo

Caderno de Prova, Cargo A01, Tipo 001
000000000000000000
00001-0001-001

Nº de Inscrição
MODELO

Primeira Prova Escrita

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Em relação ao poder constituinte originário, pode-se afirmar:
 - (A) Envolve processos cognitivos e questões complexas sobre teoria política, filosofia, ciência política e Teoria da constituição, já que dispõe, de maneira derivada, sobre a principal lei de um Estado, sua organização e os direitos e garantias fundamentais.
 - (B) Os positivistas admitem que é um poder de direito que se funda num poder natural, do qual resultam regras anteriores ao direito positivo e decorrentes da natureza humana e da própria idéia de justiça da comunidade.
 - (C) Sua teorização precedeu historicamente a primeira constituição escrita, tendo como grande colaborador a figura do Abade Emmanuel de Sieyès que alguns meses antes da Revolução Francesa publicou um panfleto intitulado “A Essência da Constituição”.
 - (D) Sua atividade se dá nos casos de necessária evolução constitucional, onde o texto poderá ser modificado através de regras e limites jurídicos contidos na norma hipotética fundamental idealizada por Hans Kelsen.
 - (E) Na sua atuação poderá encontrar implicações circunstanciais impositivas como por exemplo as pressões econômicas, sociais e de grupos particulares, mas fundará sua legitimidade numa pauta advinda da idéia de direito da comunidade e de sua tradição cultural.
2. A lei estadual paulista nº 12.142/05, com o intuito de se respeitar a guarda sabática, estabelece períodos para a realização de concursos ou processos seletivos para provimento de cargos públicos, de exames vestibulares e de provas a alunos do ensino fundamental, médio e superior. Essa lei está sendo questionada no STF através da ADI 3714, proposta pela Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (CONFENEN). Da análise do exposto acima pode-se concluir, conforme a ADI 3714, que essa Lei é
 - (A) inconstitucional porque fere o pluralismo político previsto no artigo 1º, inciso V, da Constituição Federal.
 - (B) inconstitucional porque, em relação às escolas particulares, invade competência legislativa da União para legislar sobre diretrizes e bases (22, XXIV da CF) e fere a autonomia das universidades por impor regras próprias de gestão administrativa (artigo 207 da CF).
 - (C) constitucional porque no preâmbulo da nossa Constituição consta o nome de “Deus” e, portanto, incentiva a sociedade brasileira à prática da religião.
 - (D) inconstitucional porque a liberdade religiosa, prevista no artigo 5º, inciso VII da Constituição, é espécie pertencente ao gênero liberdade constitucional de pensamento e prevê o direito de não professar nenhuma fé.
 - (E) inconstitucional porque fere o princípio federativo que diz caber ao município a edição de leis que tratem de assuntos de interesse local, nos termos do que dispõe o artigo 30, I, da CF.

Instruções para responder às questões de números 3 a 5.

- Em cada uma destas questões são apresentadas três afirmativas em relação a determinado assunto, para respondê-la use a seguinte chave:
- (A) Somente a afirmativa I está correta.
 - (B) Somente a afirmativa II está correta.
 - (C) Somente a afirmativa III está correta.
 - (D) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
 - (E) Somente as afirmativas I e III estão corretas.
3. Direitos e Garantias Fundamentais.
 - I. A Constituição Federal deu enorme relevância a esses direitos assegurando-os de maneira quase absoluta, mas certas conturbações sociais podem desencadear a necessidade de supressão temporária de certos direitos no atendimento do interesse do Estado e das instituições democráticas.
 - II. A Constituição Federal compreende-os como sendo os direitos individuais e os direitos coletivos previstos no artigo 5º, excluindo dessa categoria os direitos sociais e os direitos políticos.
 - III. Os direitos republicanos têm surgido na doutrina como uma nova categoria onde o cidadão passa a pensar no interesse público explicitamente para fazer frente à ofensa à coisa pública, como o nepotismo, a corrupção, bem como às políticas de Estado que, a pretexto de se caracterizarem como públicas, na verdade podem atender a interesses particulares indefensáveis.
 4. Inconstitucionalidade.
 - I. A doutrina tem entendido que uma lei é formalmente inconstitucional quando elaborada por órgão incompetente (inconstitucionalidade orgânica) ou quando segue procedimento diverso daquele fixado na constituição (inconstitucionalidade formal propriamente dita).
 - II. A inconstitucionalidade por omissão que implica a necessidade de atos administrativos concretos pode ser atacada, segundo a Constituição Federal, por mandado de injunção que é um instrumento de efetivação da cidadania para suprir a falta de providências materiais do poder público.
 - III. O Supremo Tribunal Federal admite a inconstitucionalidade implícita (ADI 815-3) que é aquela que resulta da antinomia entre as normas constitucionais primárias e os princípios positivados, eis que esses últimos constituem-se na síntese dos valores e demonstram o espírito da Constituição.
 5. Poder Executivo.
 - I. O Poder Executivo Federal reúne na mesma pessoa chefe de governo e chefe de Estado, cabendo-lhe por determinação do artigo 84 da Constituição Federal, a função de expedir regulamentos para fiel execução da lei, o também chamado poder regulamentar.
 - II. O Poder Executivo estadual poderá adotar medidas provisórias, desde que autorizadas pelas constituições estaduais, eis que as regras básicas do processo legislativo previstas na Constituição Federal podem ser adotadas pelos estados-membros em face do princípio da simetria conforme já reconheceu o Supremo Tribunal Federal em ação direta de inconstitucionalidade.
 - III. Terá seus chefes com mandato de 4 anos e eleição através do sistema majoritário de dois turnos para Presidente, Governador Estadual e Distrital e Prefeitos de todos os municípios do Brasil.

<p>6. A Constituição da República Federativa do Brasil estabelece que</p> <p>(A) são destinatários dos direitos e garantias fundamentais os brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil, daí a proibição de extradição de brasileiros natos e naturalizados em qualquer circunstância.</p> <p>(B) o direito fundamental à tutela jurisdicional se confunde com o direito de petição, eis que em ambos os casos exige-se a comprovação de um gravame pessoal ou uma lesão de direitos.</p> <p>(C) a seguridade social deva garantir um salário mínimo de benefício previdenciário mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria subsistência ou tê-la provida.</p> <p>(D) é dever do Estado o oferecimento de ensino fundamental e médio obrigatórios e gratuitos a todos e a progressiva universalização do ensino superior.</p> <p>(E) a previdência social se organiza sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e filiação obrigatória, já a assistência social é endereçada a todos os que dela necessitarem independentemente de contribuição à seguridade social.</p>	<p>8. Em relação ao Poder Judiciário, pode-se afirmar:</p> <p>(A) A jurisdição é uma das faces do poder político, por isso, é legítimo que o Judiciário goze das autonomias administrativa e financeira, bem como a iniciativa de sua proposta orçamentária, garantias essas que foram estendidas às Defensorias Públicas através da Emenda Constitucional nº 45.</p> <p>(B) Admite-se sua interferência no controle preventivo de constitucionalidade quando qualquer cidadão reclama a prestação jurisdicional durante o processo legislativo.</p> <p>(C) A responsabilidade dos integrantes do Poder Judiciário tem como base constitucional a previsão por erro judiciário, mas em alguns casos podem ser também responsabilizados politicamente.</p> <p>(D) No controle incidental a cláusula de reserva de plenário prevista no artigo 97 da Constituição Federal veda a possibilidade de o juiz monocrático declarar a inconstitucionalidade após a atuação do órgão especial.</p> <p>(E) Para solução de conflitos fundiários a constituição prevê a competência exclusiva dos Tribunais de Justiça dos estados para a criação de varas especializadas para dirimir questões agrárias.</p>
<p>7. A respeito da organização do Estado, pode-se afirmar que no Brasil</p> <p>(A) identificamos um federalismo dual que é aquele que mais se amolda ao estado de bem-estar social já que esse conceito traduz uma necessária cooperação entre os entes da federação.</p> <p>(B) está prevista a intervenção federal para pôr termo a grave comprometimento da ordem pública, que é medida excepcional à autonomia federativa e pode ser determinada de ofício pelo presidente da república com base em sua competência constitucional privativa.</p> <p>(C) os estados federados podem ser obrigados a adotarem políticas federais de descentralização de políticas sociais já que a formação unitária de estado permite tal imposição.</p> <p>(D) é vedado ao poder público estabelecer cultos religiosos ou igrejas, direta ou indiretamente, bem como proíbe subvenções, relações de dependência ou qualquer colaboração entre o poder público e cultos ou igrejas.</p> <p>(E) o princípio da predominância do interesse inspira a repartição federalista de competências, por isso cabe aos estados federados a competência legislativa privativa com possibilidade de delegação aos municípios.</p>	<p>9. A respeito do Poder Legislativo pode-se afirmar:</p> <p>(A) Pelo artigo 62 da Constituição Federal, que trata das Medidas Provisórias, considera-se que o Congresso Nacional pode exercer o controle repressivo da constitucionalidade, pois retirará do ordenamento jurídico ato normativo perfeito e acabado apesar do seu caráter temporário.</p> <p>(B) Que em âmbito federal funciona o bicameralismo do tipo federativo em que os estados são representados pelos senadores, o povo é representado pelos deputados federais e os municípios pelos vereadores.</p> <p>(C) O voto secreto para perda do mandato parlamentar, previsto no § 2º do artigo 55 da Constituição Federal, é considerado cláusula pétreia por estar contido na proibição do artigo 60, § 4º, II que trata do voto direto, secreto, universal e periódico.</p> <p>(D) Segundo o artigo 58 da Constituição, para instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito é necessário requerimento de um terço dos integrantes dos membros das casas, conjunta ou separadamente, para a apuração de fato determinado e prazo certo, sendo que os parlamentares podem impor penalidades e sanções civis e criminais.</p> <p>(E) Segundo a Constituição, os deputados passam a ter imunidade formal a partir de sua diplomação e por isso têm inviolabilidade civil e penal por quaisquer de suas opiniões ou votos proferidos em decorrência de sua atuação.</p>

<p>10. Considere as seguintes afirmações sobre os direitos sociais.</p> <p>I. A exegese literal das cláusulas pétreas indica que esses direitos fazem parte do núcleo constitucional intangível conforme texto da nossa Constituição.</p> <p>II. São direitos que exigem do Poder Público uma atuação positiva como uma forma de implementação da igualdade social dos hipossuficientes.</p> <p>III. A teoria da reserva do possível defende a possibilidade de um ativismo judicial no que tange a esses direitos para que haja uma irrestrita implementação pela via judicial.</p> <p>IV. Afirma-se que para sua maior efetividade a Emenda Constitucional nº 31/2000, atentando para um dos objetivos fundamentais da nossa República, criou o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.</p> <p>Estão corretas SOMENTE as afirmações</p> <p>(A) I e III. (B) I e IV. (C) I, II e III. (D) II e IV. (E) II, III e IV.</p>	<p>13. Nos processos administrativos são observados, entre outros, os critérios, EXCETO:</p> <p>(A) Início apenas de ofício, para garantia do devido processo legal. (B) Cobrança de despesas processuais, quando previstas em lei. (C) Objetividade no atendimento do interesse público. (D) Atuação segundo padrões de boa-fé. (E) A ampla defesa e o contraditório.</p> <hr/> <p>14. Tratando-se de responsabilidade civil do Estado, assinale a afirmativa INCORRETA.</p> <p>(A) Empresas públicas podem se sujeitar à responsabilidade objetiva ou subjetiva, dependendo de seu objeto social. (B) A teoria francesa da <i>faute du service</i> é enquadrada como hipótese de responsabilidade objetiva. (C) Pessoas jurídicas de direito privado, não integrantes da Administração Pública, podem se sujeitar à responsabilidade objetiva. (D) A responsabilidade do Estado por omissão caracteriza-se como de natureza subjetiva. (E) A responsabilidade civil por danos nucleares independe da existência de culpa.</p>
<p>DIREITO ADMINISTRATIVO E DIREITO TRIBUTÁRIO</p> <p><u>Atenção:</u> Para responder às questões de números 11 e 12 assinale, na folha de respostas, a alternativa que contém a afirmação correta em relação ao assunto indicado.</p> <p>11. Princípios do Direito Administrativo.</p> <p>(A) O princípio da moralidade só pode ser aferido pelos critérios pessoais do administrador. (B) São princípios explícitos da Administração Pública, entre outros, os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. (C) O princípio da razoabilidade ou proporcionalidade não é princípio consagrado sequer implicitamente. (D) O princípio da publicidade obriga a presença do nome do administrador nos atos, obras, serviços e campanhas do Poder Público. (E) O princípio da motivação não exige a indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinarem a decisão administrativa.</p>	<p>15. Com referência à responsabilidade do funcionário público, assinale a alternativa INCORRETA.</p> <p>(A) Pela falta residual, não compreendida na absolvição pelo juízo criminal, é admissível a punição administrativa do servidor público. (B) A responsabilidade administrativa do servidor denunciado por ilícito penal será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou da sua autoria. (C) A administração pública não necessita aguardar a conclusão do processo criminal, para iniciar e concluir o procedimento administrativo-disciplinar, aplicando a pena que a lei autorizar. (D) A responsabilidade objetiva do Estado se verifica mesmo em relação aos atos do servidor praticados fora das funções públicas. (E) Ainda que haja o ressarcimento integral do dano, é vedada a transação, o acordo ou a conciliação na ação de improbidade, de que trata a Lei nº 8.429/92.</p>
<p>12. Atos administrativos vinculados e discricionários.</p> <p>(A) A discricionariedade é a liberdade de agir da Administração, podendo ingressar na esfera da arbitrariedade, havendo interesse público. (B) No exercício do poder disciplinar, a Administração pode agir discricionariamente, quer para apurar a infração, quer para aplicar as penalidades. (C) Ocorrerá vício em relação ao objeto quando for inócua o motivo em que se apoiou o ato administrativo. (D) Atendidos os pressupostos próprios para a prática do ato vinculado, a Administração não dispõe de liberdade de não praticá-lo, salvo no que se refere ao critério de conveniência. (E) No exercício do poder disciplinar, a Administração não tem liberdade de escolha, de modo que, tendo conhecimento da falta, deve instaurar o procedimento adequado.</p>	<p>16. NÃO é matéria reservada à lei complementar:</p> <p>(A) instituição de empréstimos compulsórios. (B) definição de fato gerador e base de cálculo de impostos discriminados na Constituição. (C) criação de impostos não previstos na Constituição. (D) instituição de contribuição de melhoria. (E) disposição sobre lançamento e prescrição tributários.</p> <hr/> <p>17. A Constituição Federal, em seu artigo 150, I e II, ao afirmar que os tributos não poderão ser aumentados ou exigidos sem lei que o estabeleça e que os contribuintes em situação equivalente não terão tratamento desigual está dispondo sobre os princípios da</p> <p>(A) anterioridade e da isonomia. (B) capacidade contributiva e da anterioridade. (C) legalidade e da isonomia. (D) legalidade e da anterioridade. (E) legalidade e da capacidade contributiva.</p>

<p>18. O prédio de propriedade do Estado, onde funciona uma escola pública, não está sujeito à incidência do Imposto sobre propriedade predial e territorial urbana (IPTU) por força da</p> <p>(A) estrita legalidade tributária (B) isenção tributária subjetiva. (C) isenção tributária objetiva. (D) capacidade econômica do contribuinte. (E) imunidade tributária recíproca.</p>	<p>23. François Truffaut é funcionário público. Ao solicitar a presença de outro funcionário público, Robert Bresson, para complementar o atendimento prestado a um cidadão, houve recusa de Robert tornando expresso que não o faria porque François freqüentava terreiros de umbanda. Robert, dias depois, pediu-lhe desculpas. François deverá</p> <p>(A) oferecer queixa-crime e aceitar o pedido de retratação somente em juízo, se o caso. (B) representar ao Ministério Público para oferecimento de denúncia. (C) aceitar a retratação, pois se trata de causa extintiva de punibilidade. (D) representar ao Ministério Público para oferecimento de denúncia e aceitar o pedido de retratação somente em juízo, se o caso. (E) oferecer queixa-crime, não sendo o caso de retratação por se tratar de ofensa a funcionário público.</p>
<p>19. O crédito tributário</p> <p>(A) não decorre da obrigação principal. (B) não tem a mesma natureza da obrigação tributária. (C) decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta. (D) decorre da obrigação acessória e tem a mesma natureza desta. (E) não decorre da obrigação principal, mas tem a mesma natureza desta.</p>	<p>24. Jean-Luc Godard beneficiou-se com a suspensão condicional do processo, nos termos do art. 89 da Lei nº 9099/95, por um período de dois anos. No curso deste prazo foi processado por um furto qualificado. Findo aquele período, o juiz não revogou a suspensão. O defensor público deverá requerer</p> <p>(A) a revogação da suspensão. (B) a prorrogação da suspensão. (C) a extinção da punibilidade. (D) a prescrição retroativa. (E) silenciar-se em benefício do réu.</p>
<p>20. São exemplos de impostos sujeitos normalmente a lançamento de ofício e por homologação, respectivamente:</p> <p>(A) imposto territorial urbano (IPTU) e imposto sobre propriedade industrial (IPI). (B) imposto de renda (IR) e imposto territorial rural (ITR). (C) imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS) e imposto de renda (IR). (D) imposto de importação e imposto sobre operações financeiras (IOF). (E) imposto de renda (IR) e imposto sobre propriedade industrial (IPI).</p>	<p>25. No cometimento de um roubo, no qual o autor reincidente empregou uma arma de brinquedo e agiu em companhia de uma outra pessoa, houve prisão em flagrante e a vítima não experimentou qualquer prejuízo. Assinale a alternativa que melhor contempla os argumentos de defesa.</p> <p>(A) Afastamento da causa de aumento de pena pelo emprego de arma, desclassificação para forma tentada, porquanto o crime de roubo é de natureza material e adoção do regime semi-aberto. (B) Afastamento da causa especial de aumento de pena pelo emprego de arma. (C) Afastamento das causas especiais de aumento de pena e desclassificação para a forma tentada. (D) Afastamento das causas especiais de aumento de pena e adoção do regime semi-aberto. (E) Afastamento da causa especial de aumento de pena do emprego de arma e desclassificação para a forma tentada.</p>
<p>DIREITO PENAL</p>	
<p>21. A corrente pós-positivista empresta caráter normativo aos princípios constitucionais penais. Estas normas, portanto, deixam de ser informadoras e assumem a natureza de direito positivo, possibilitando ao defensor público este manejo. Encontram-se na Constituição Federal os seguintes princípios constitucionais penais:</p> <p>(A) legalidade dos delitos e das penas, culpabilidade, proporcionalidade, individualização da pena e da execução e personalidade da pena. (B) legalidade dos delitos e das penas, proporcionalidade, individualização e presunção de inocência. (C) anterioridade e irretroatividade da lei, individualização da pena e da execução, proporcionalidade e personalidade da pena. (D) reserva legal, culpabilidade, imprescritibilidade, individualização e personalidade da pena. (E) legalidade dos delitos e das penas, individualização da pena e da execução e personalidade da pena.</p>	<p>26. “Luquinha” Visconti, homem simples da periferia de São Paulo, adquiriu carteira de habilitação acreditando na desnecessidade da realização de exames de habilitação. Está sendo processado por falsidade ideológica e uso de documento falso. Em sua defesa deverá ser argüido:</p> <p>(A) erro sobre o elemento constitutivo do tipo penal, que exclui o dolo. (B) erro sobre o elemento constitutivo do tipo penal, porém vencível, sendo punível pela culpa. (C) estado de necessidade exculpante. (D) erro sobre a ilicitude do fato, excluindo-se a culpabilidade pela exigibilidade de conduta diversa. (E) erro sobre a ilicitude do fato, excluindo-se a culpabilidade pela falta desta consciência.</p>
<p>22. O juiz, ao distinguir atos preparatórios e atos executórios, considera a decisão e o plano do agente criminoso, além dos elementos descritivos do tipo penal. O critério é</p> <p>(A) meramente objetivo. (B) objetivo-formal. (C) objetivo-material. (D) subjetivo-objetivo. (E) ataque ao bem jurídico.</p>	

27. Após condenação transitada em julgado por estelionato, os irmãos Taviani foram processados por receptação dolosa na forma simples (art. 180, *caput* do CP) e tentada. O magistrado aplicou pena de quatro anos de reclusão em regime semi-aberto. O defensor público, em sede de apelação, deverá pleitear

- (A) aplicação do regime aberto.
- (B) redução da pena privativa de liberdade pela tentativa e aplicação do regime aberto.
- (C) redução da pena privativa de liberdade pela tentativa e sua substituição por restritiva de direito.
- (D) o afastamento da reincidência, a redução da pena privativa de liberdade pela tentativa e a substituição da pena privativa de liberdade.
- (E) a suspensão condicional da pena.

28. Admitem a forma culposa os seguintes crimes no Código Penal:

- (A) homicídio, lesão corporal, dano, receptação e incêndio.
- (B) receptação, incêndio, explosão, perigo de inundação e desabamento.
- (C) difusão de doença ou praga, apropriação indébita, lesão corporal e perigo de desastre ferroviário.
- (D) homicídio, lesão corporal, explosão, uso de documento falso e ato obsceno.
- (E) receptação, incêndio, explosão, desabamento e difusão de doença ou praga.

29. A diferença entre crime e contravenção penal está estabelecida

- (A) pelo Código Penal.
- (B) pela Lei de Contravenções Penais.
- (C) pela Lei nº 9.099/95 (Juizados Especiais).
- (D) pela Lei de Introdução ao Código Penal.
- (E) pela Constituição Federal.

30. A circunstância agravante da reincidência, inclusive como preponderante no caso de concurso entre circunstâncias agravantes e atenuantes, representa a adoção da teoria

- (A) do direito penal do fato, em detrimento à teoria do direito penal do autor.
- (B) da discricionariedade regrada.
- (C) causalista como diretriz da individualização da pena.
- (D) finalista como diretriz da individualização da pena.
- (E) do direito penal do autor, em detrimento à teoria do direito penal do fato.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

31. A.L.S., condenado definitivamente pela prática de roubo (art. 157 do Código Penal), cumpria a pena de cinco anos e quatro meses de reclusão, em regime inicial fechado. Um ano após o início do cumprimento da pena, A.L.S. evadiu-se do estabelecimento prisional, tendo sido recapturado quinze dias depois. Três anos após a sua recaptura, o juiz da Vara de Execuções Penais aplicou a sanção disciplinar de perda dos dias remidos. O agravo em execução interposto pela defesa não foi provido pelo Tribunal de Justiça. Como defensor, qual a medida a ser adotada e o respectivo fundamento?

- (A) *Habeas corpus* para o STJ. Prescrição da sanção disciplinar, aplicando-se, diante da ausência de previsão específica, o menor lapso prescricional do art. 109 do Código Penal, qual seja, dois anos.
- (B) Embargos de declaração, dirigidos ao relator do agravo. Ausência de previsão na lei de execução penal da sanção de perda dos dias remidos.
- (C) *Habeas corpus* para o STJ. A remição já havia sido declarada por decisão judicial e, consoante pacífico entendimento do STF, estaria protegida pelos efeitos da coisa julgada e do direito adquirido.
- (D) *Habeas corpus* para o STJ. A quantidade de pena aplicada ensejaria a fixação do regime inicial semi-aberto.
- (E) *Habeas corpus* para o STJ. A fuga é um direito do condenado e, por isso, não poderia caracterizar falta grave.

32. Sobre a Lei nº 11.340/06 (Lei Maria da Penha), que criou mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, é correto afirmar:

- (A) A prisão preventiva do acusado passou a ser obrigatória, com a inclusão do inciso IV ao artigo 313 do Código de Processo Penal, que estabelece as hipóteses em que se admite a sua decretação.
- (B) Diversas medidas cautelares foram previstas, sob a denominação de “medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor”, permitindo ao magistrado a utilização imediata de instrumentos cíveis e penais contra o acusado, alternativa ou cumulativamente.
- (C) O juiz competente para apuração do delito praticado contra a mulher deverá, quando for o caso, oficiar imediatamente ao juízo cível para a adoção de medidas consideradas urgentes, como a separação de corpos e a prestação de alimentos provisionais ou provisórios.
- (D) As medidas restritivas de direito previstas na lei, como a proibição de freqüentar determinados lugares, têm caráter de pena e, portanto, só podem ser aplicadas pelo juiz ao final do procedimento.
- (E) A defensoria pública, quando não estiver patrocinando a defesa do acusado, poderá atender a ofendida.

<p>33. O processo penal contemporâneo contempla três modelos de avaliação ou valoração da prova: o sistema legal; o da íntima convicção; e o da persuasão racional. Sobre tais sistemas probatórios pode-se afirmar:</p> <p>(A) O sistema legal, também conhecido como tarifado, é típico do procedimento acusatório, em que a intensa participação das partes na produção da prova pressupõe o prévio estabelecimento de valores definidos a cada um dos elementos probatórios considerados válidos.</p> <p>(B) O sistema da íntima convicção é inaplicável no direito processual-penal brasileiro, em razão do que dispõe o artigo 93, IX, da Constituição Federal (“todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade...”).</p> <p>(C) O sistema da persuasão racional ou do livre convencimento encontra respaldo no método inquisitório, em que o magistrado tem ampla liberdade para avaliar as questões de fato, devendo apenas motivar as questões de direito.</p> <p>(D) Os sistemas da íntima convicção e da persuasão racional têm em comum a impossibilidade de utilização, na valoração da prova pelo magistrado, de máximas de experiência ou da notoriedade do fato.</p> <p>(E) O que distingue o sistema da persuasão racional é a liberdade do magistrado na valoração dos elementos probatórios, que, embora exista, é contida pela obrigatoriedade de justificação das escolhas adotadas, diante da prova legitimamente obtida, com a explicitação do caminho percorrido até a decisão.</p>	<p>36. Entre as inovações do procedimento adotado pela nova lei de drogas (Lei nº 11.343/06), pode-se destacar:</p> <p>(A) a impossibilidade de prisão provisória para o agente que pratique o delito para consumo pessoal (art. 28 da lei), exceto na hipótese de não comparecimento perante a autoridade judicial.</p> <p>(B) a possibilidade de infiltração de agentes de polícia, em tarefas de investigação, objetivando o desmantelamento de organizações criminosas voltadas ao tráfico ilícito de substâncias entorpecentes, com ratificação, <i>a posteriori</i>, pela autoridade judicial.</p> <p>(C) a manifestação da defesa técnica anterior ao recebimento da denúncia, oportunidade em que deverá especificar as provas que pretende produzir e arrolar até cinco testemunhas.</p> <p>(D) a não obrigatoriedade da prisão para apelar, assegurando ao juiz a possibilidade de, em cada caso, decidir fundamentadamente.</p> <p>(E) o registro, por estenotipia ou por mecanismo audiovisual, das sustentações orais feitas pelo promotor de justiça e pelo defensor, visando à preservação dos argumentos utilizados, para fins de controle da decisão judicial e eventual interposição recursal.</p>
<p>34. A pronúncia, decisão interlocutória mista, encerra a primeira fase do procedimento do júri e a sua prolação, especialmente no crime de homicídio, exige</p> <p>(A) o afastamento de eventuais qualificadoras sem respaldo na prova, ainda que referidas no inquérito policial.</p> <p>(B) a obrigatória manutenção da classificação do crime feita na denúncia.</p> <p>(C) indícios suficientes da materialidade e da autoria do delito, que podem ser aqueles obtidos exclusivamente no inquérito policial.</p> <p>(D) o reconhecimento de eventual causa especial de diminuição da pena requerida pela defesa.</p> <p>(E) o comedimento do magistrado, que não deve fundamentar a sua decisão, evitando-se a indevida influência sobre a formação do convencimento dos jurados.</p>	<p>37. O princípio <i>nemo tenetur se detegere</i>, do qual decorre o direito previsto no artigo 5º, LXIII, da Constituição Federal (“o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado,...”), assegura ao acusado o privilégio contra a auto-incriminação. Diante de tal princípio, é correto afirmar:</p> <p>(A) O silêncio do acusado durante o interrogatório pode, legitimamente, influenciar o magistrado na formação de seu convencimento, atuando como um dos diversos fundamentos de sua decisão.</p> <p>(B) O direito ao silêncio não autoriza o acusado a deixar de participar da reconstituição do delito, determinada judicialmente, podendo vir a ser processado pelo crime de desobediência (art. 330 do CP) e ter a recusa interpretada em seu desfavor.</p> <p>(C) Não existindo o dever de colaboração do acusado na produção de provas, pode ele se recusar a participar de diligência de reconhecimento, pois se trata de direito absoluto, oponível mesmo diante de intervenções não invasivas ou cooperações passivas.</p> <p>(D) A consignação das perguntas feitas ao acusado, que manifestou o desejo de permanecer em silêncio, não mais encontra respaldo legal e, por permitir a extração de elementos para a valoração do silêncio, afronta o aludido princípio.</p> <p>(E) O conteúdo do interrogatório do réu, que mentiu em suas declarações, pode ser utilizado como circunstância judicial desfavorável, elevando a pena base em razão da dificuldade criada para o esclarecimento da verdade.</p>
<p>35. E.B.C. foi denunciado pela prática de roubo (artigo 157 do Código Penal) em concurso com atentado violento ao pudor (artigo 214 do Código Penal). Após a instrução processual, o juiz de direito condenou o réu pelo crime contra a liberdade sexual, não se manifestando acerca do delito contra o patrimônio. Por ocasião do julgamento da apelação interposta exclusivamente pela defesa, o órgão jurisdicional <i>ad quem</i> constatou a omissão do magistrado de primeira instância, bem como a existência de prova desfavorável ao réu em relação a ambos os delitos. Além de negar provimento à apelação da defesa, o tribunal recursal deverá:</p> <p>(A) declarar, de ofício, a omissão do juízo <i>a quo</i>, determinando o retorno dos autos à instância inferior.</p> <p>(B) silenciar quanto ao delito conexo, em razão do princípio que veda a <i>reformatio in pejus</i>.</p> <p>(C) declarar, de ofício, a omissão do juízo <i>a quo</i>, condenando o réu também pelo delito conexo.</p> <p>(D) anular o processo, desde a sentença condenatória.</p> <p>(E) declarar a omissão do juízo <i>a quo</i>, desde que provocado pelo procurador de justiça oficiante, determinando o retorno dos autos à instância inferior.</p>	

38. Uma lei que atribuísse à Defensoria Pública, obrigatoriamente, a defesa dos acusados de envolvimento em ações de organização criminosa, tráfico ilícito de entorpecentes, entre outros delitos, salvo se pudessem comprovar a origem lícita dos recursos destinados ao pagamento de honorários advocatícios,
- (A) violaria as garantias constitucionais da ampla defesa e da presunção de inocência.
- (B) atenderia ao interesse de repressão à criminalidade organizada, impedindo que recursos financeiros oriundos de crime fossem utilizados para a contratação de advogados, compatibilizando-se com as garantias constitucionais.
- (C) ratificaria a importância da Defensoria Pública, como instituição essencial à função jurisdicional do Estado.
- (D) seria compatível com as garantias constitucionais do processo, diante do caráter não absoluto dos direitos fundamentais e da aplicação do princípio da proporcionalidade.
- (E) desvirtuaria a atuação da Defensoria Pública na esfera penal, que tem como pressuposto obrigatório a hipossuficiência financeira do acusado.

39. Lei nova, ampliando o prazo de duração da prisão temporária, incidirá
- (A) nos inquéritos policiais em curso, podendo atingir as prisões temporárias decretadas antes da vigência da lei, por se tratar de norma processual (*tempus regit actum*).
- (B) nos inquéritos policiais em curso, apenas nos casos em que a prisão temporária do indiciado ainda não houver sido prorrogada.
- (C) apenas nos processos penais instaurados após a sua entrada em vigor, por se tratar de lei processual penal material.
- (D) apenas em relação aos fatos ocorridos após a sua entrada em vigor, por se tratar de lei processual penal material.
- (E) em nenhuma situação, face à inconstitucionalidade dessa modalidade de prisão processual.

40. Na véspera do Natal, no plantão judiciário, o defensor público recebe a cópia de um auto de prisão em flagrante de furto tentado (art. 155, c.c. o art. 14, II, do CP). Após atenta leitura, constata que o autuado, recém egresso do sistema prisional, onde cumpriu pena por furto, foi detido pelo segurança de um supermercado quando inseria, dentro de um isopor exposto para a venda, sete “DVD’s”. Qual a medida a ser requerida ao juiz de plantão?
- (A) A liberdade provisória do autuado, diante da ausência de qualquer das hipóteses autorizadoras da prisão preventiva.
- (B) O arbitramento de fiança, por se tratar de crime com pena mínima inferior a dois anos de reclusão.
- (C) O relaxamento do flagrante, tendo em vista a sua ilegalidade, diante do não desenvolvimento dos atos executórios da infração penal.
- (D) O relaxamento do flagrante, sob o fundamento da insignificância do valor da *res furtiva*.
- (E) A liberdade provisória, em razão da ilegalidade de sua prisão, efetuada por segurança do estabelecimento comercial.

DIREITO CIVIL E DIREITO COMERCIAL

41. Na união estável, com relação aos conviventes, é correto afirmar que
- (A) estão incluídos na ordem de vocação hereditária, com todos os direitos e garantias deferidos aos cônjuges.
- (B) há presunção *juris et de jure* de que os bens adquiridos de forma onerosa na constância da união são frutos do esforço comum.
- (C) a Lei nº 8.971/94 não quantificou prazo de convivência e fixou a competência das varas de família para o julgamento dos litígios entre eles.
- (D) o direito aos alimentos foi regulamentado pela Lei nº 9.278/96.
- (E) é assegurado o direito real de habitação pelo Código Civil de 2003, ao sobrevivente, quando houver a morte do companheiro.

42. João, solteiro e sem ascendentes ou descendentes, desapareceu de seu domicílio há 06 meses e não há notícias de seu paradeiro. Não deixou representante ou procurador para a administração dos seus bens. À luz do Direito vigente, é correto afirmar:
- (A) O requerimento de ausência só poderá ser formulado por parente até o terceiro grau ou pelo Ministério Público.
- (B) Será nomeado um curador pelo juiz para gerir a pessoa do ausente e seus bens.
- (C) O curador, nomeado pelo juiz, prosseguirá como representante legal da herança, mesmo aparecendo herdeiros.
- (D) Em se passando 2 (dois) anos, poderão os interessados requerer a declaração de ausência, abrindo-se provisoriamente a sucessão.
- (E) Poderá ser declarada a sucessão definitiva de João, 10 (dez) anos após transitada em julgado a sentença que concedeu a sucessão provisória.

43. Thales e Victor ingressaram com ação de alimentos, pleiteando 33% dos ganhos do pai. Os provisórios foram fixados em 25%. A sentença fixou os alimentos definitivos em 20%. Autores e réu recorreram, os primeiros pedem a elevação para 30% e o segundo pede a redução para 15%. Em execução dos valores que não estão sendo pagos, o Defensor deve cobrar o percentual de
- (A) trinta e três por cento.
- (B) trinta por cento.
- (C) vinte e cinco por cento.
- (D) vinte por cento.
- (E) quinze por cento.

44. No que se refere aos contratos, é correto afirmar:

- (A) Os princípios da probidade e da boa-fé estão ligados não só à interpretação dos contratos, mas também ao interesse social de segurança das relações jurídicas, uma vez que as partes têm o dever de agir com honradez e lealdade na conclusão do contrato e na sua execução.
- (B) A liberdade de contratar no Direito Brasileiro é absoluta, pois há o princípio da autonomia da vontade, onde se permite às partes pactuar, mediante acordo de vontade, a disciplina de seus interesses.
- (C) O contrato de adesão é um contrato paritário, pois o aderente é tutelado pelos Códigos Civil e de Defesa do Consumidor em relação ao ofertante.
- (D) A compra e venda entre cônjuges, qualquer que seja o regime de casamento, está proibida para evitar a venda fictícia entre marido e mulher na constância do casamento, o que poderia levar à lesão de direitos de terceiros.
- (E) A pena convencional poderá ter efeito *pleno iure*, mas é necessário ter prova de que houve prejuízo com a inexecução do contrato ou inadimplemento da obrigação.

45. Em matéria de adoção, é correto afirmar:

- (A) A sentença de adoção possui eficácia *ex tunc* e portanto é válida a adoção se no curso do processo houver falecimento do adotante.
- (B) A adoção *intuitu personae* é a regra que vigora na praxe forense das varas que cuidam de adoção, porque atende ao princípio da prevalência dos interesses da criança.
- (C) O Código Civil prevê em um de seus artigos que “*não se pode adotar sem o consentimento do adotado ou de seu representante legal se for incapaz ou nascituro*”, o que leva a doutrina a aceitar a adoção de nascituro de forma pacificada.
- (D) A adoção do maior de 18 anos só pode ocorrer por processo judicial, sendo necessária a participação do Ministério Público e deve ser processada nas varas de família.
- (E) A adoção e a guarda judicial não permitem que a guardiã possa pleitear licença maternidade.

46. Considere as afirmações:

- I. As heranças, legados e doações percebidos por um dos cônjuges, a qualquer tempo, antes ou durante a vigência do matrimônio não se comunicam.
- II. No regime de participação final nos aqüestos, os bens adquiridos em nome próprio, na vigência da sociedade conjugal, sujeitam-se à compensação e não à divisão.
- III. A liberdade é total para disposições quanto ao regime de bens no Código Civil atual, podendo os nubentes escolher um dos contidos no código ou criar novas formas e não há exceções a esta regra.
- IV. O entendimento jurisprudencial dominante é no sentido de que a separação de fato não é suficiente para romper o estado condominial, entre os cônjuges, no que se refere aos bens e dívidas, persistindo a comunhão, especialmente no regime de comunhão universal.

SOMENTE estão corretas as afirmações

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) I, III e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) I, II e IV.

47. Cláusula inserida na compra e venda, pelo qual o vendedor se reserva o direito de reaver, em certo tempo, o bem alienado, tem efeitos reais e só pode ser exercida durante um prazo de caducidade de, no máximo, 3 anos, a partir da data da venda. Este enunciado diz respeito ao ato negocial:

- (A) venda a contento.
- (B) preempção.
- (C) pacto comissório.
- (D) *pactum reservati dominii*.
- (E) retrovenda.

48. Princípio que consagra o direito da pessoa capaz, de manifestar sua vontade e de dispor gratuitamente do próprio corpo, no todo ou em parte, após a sua morte, com objetivo científico ou terapêutico é chamado pela doutrina de princípio

- (A) da beneficência altruísta.
- (B) do consenso beneficente.
- (C) do consenso afirmativo.
- (D) do consentimento válido.
- (E) da autonomia de vontade.

<p>49. Sociedade de pessoas voltadas à consecução de atividades econômicas em que todos os sócios, pessoas físicas, responderão, solidária e ilimitadamente, pelas obrigações sociais, podendo os bens particulares dos sócios responder por débitos da sociedade. O enunciado refere-se a</p> <p>(A) cooperativa. (B) sociedade em nome coletivo. (C) sociedade em conta de participação. (D) sociedade simples. (E) sociedade em comandita simples.</p>	<p>53. Segundo Liebman, “somente poderemos falar em ação quando o processo terminar com um provimento sobre o caso concreto, ainda que desfavorável ao autor”. Essa asserção prende-se à qual teoria conceitual do direito de ação?</p> <p>(A) Concretista relativa. (B) Instrumental da ação. (C) Abstrata pura. (D) Concretista do direito de ação. (E) Privatista do direito de ação.</p>
<p>50. Cada sócio responde pelo valor de sua quota e todos terão responsabilidade solidária pela integralização do capital social. Após esta integralização do capital, se a sociedade vier a sofrer perdas irreparáveis em razão das operações efetivadas, proceder-se-á à redução do capital social, diminuindo-se proporcionalmente o valor nominal das quotas de cada sócio.</p> <p>As características acima correspondem à</p> <p>(A) sociedade em comandita simples. (B) sociedade em conta de participação. (C) sociedade em nome coletivo. (D) sociedade limitada. (E) cooperativa.</p>	<p>54. São três os pressupostos processuais intrínsecos:</p> <p>(A) juiz competente, capacidade postulatória e litispendência. (B) jurisdição, citação válida e legitimidade <i>ad causam</i>. (C) competência, imparcialidade do juízo e citação válida. (D) competência, imparcialidade do juízo e coisa julgada. (E) jurisdição, petição inicial válida e litispendência.</p>
<p style="text-align: center;">DIREITO PROCESSUAL CIVIL</p> <p>51. A capacidade postulatória, como um dos pressupostos de existência da relação jurídica processual, em regra é materializada através da representação da parte por advogado devidamente habilitado, mediante a outorga de procuração. Assim, a ausência de procuração por parte do réu e sua não apresentação no prazo legal implica</p> <p>(A) extinção do processo, sem julgamento do mérito. (B) extinção do processo, com julgamento do mérito. (C) preclusão das faculdades processuais da parte. (D) inexistência dos atos praticados em seu nome. (E) presunção de veracidade dos fatos afirmados pelo autor.</p>	<p>55. Em determinada demanda o réu, no corpo de sua contestação, impugnou a concessão dos benefícios da assistência judiciária ao autor, alegando não ser ele pessoa hipossuficiente, que não fazia jus ao benefício. Juntou documentos. O juiz, ao sanear o processo, acolheu a impugnação e revogou os benefícios da gratuidade processual ao autor, determinando a normal continuidade do feito sem os efeitos do questionado benefício. Sob o aspecto formal, essa decisão judicial está</p> <p>(A) incorreta, pois a impugnação do direito à assistência judiciária deveria ser processada em autos apartados. (B) incorreta, pois, uma vez concedidos, os benefícios da gratuidade processual são irrevogáveis. (C) correta, pois, havendo provas documentais, o juiz pode revogar o benefício em qualquer momento processual. (D) correta, pois a concessão ou revogação dos benefícios da assistência judiciária fica ao livre critério do juiz. (E) incorreta, pois a revogação jamais poderia se dar através de decisão interlocutória, e sim por sentença.</p>
<p>52. “Todas as hipóteses extintivas do processo, previstas no art. 267 do CPC, permitem a repropositura da ação”.</p> <p>Esta afirmação está</p> <p>(A) correta, pois essas extinções processuais são sem resolução do mérito, e, portanto, não geram a coisa julgada material. (B) incorreta, porque no caso de ilegitimidade de parte a ação não poderá mais ser proposta. (C) incorreta. (D) correta, pois desde que recolha as custas o autor poderá repropor a ação novamente. (E) incorreta, pois só no caso da ocorrência de perempção a parte não mais poderá repropor a demanda.</p>	<p>56. O relator de Mandado de Segurança de competência originária do Tribunal de Justiça do Estado, por decisão monocrática, indeferiu a petição inicial do <i>mandamus</i>, por reputar incabível o pleito de segurança. Inconformado, o advogado do impetrante, ancorado no artigo 105, II, “b” da CF, interpôs recurso ordinário contra tal decisão, dirigido ao STJ, que também teve seu seguimento denegado pelo mesmo relator, por inadmissível. Quanto ao recurso acima considerado, o relator agiu</p> <p>(A) corretamente, pois, nessa hipótese, o recurso cabível seria o agravo de instrumento, no prazo de 10 dias. (B) corretamente, pois nessa hipótese o recurso cabível seria o agravo regimental, também chamado de agravo interno, no prazo de 5 dias. (C) incorretamente, pois o recurso interposto estava de acordo com o permissivo constitucional. (D) incorretamente, já que tolheu ao impetrante o direito de acesso à Câmara julgadora. (E) incorretamente, pois, na hipótese em exame, o recurso interposto era o único cabível.</p>

<p>57. Cabem embargos infringentes contra acórdão</p> <p>(A) unânime proferido em agravo de instrumento.</p> <p>(B) unânime proferido em grau de apelação.</p> <p>(C) unânime que acolhe ação rescisória.</p> <p>(D) não unânime que rejeita ação rescisória.</p> <p>(E) não unânime que acolhe ação rescisória.</p>	<p>60. Quanto ao processamento e julgamento das ações direta de inconstitucionalidade e declaratória de constitucionalidade, de competência do STF, é correto afirmar:</p> <p>(A) as decisões de mérito nas ações declaratórias de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo ostentam, em regra, efeito <i>ex nunc</i>.</p> <p>(B) eventual medida cautelar deferida nessas ações terá, em regra, efeito retroativo e eficácia contra todos.</p> <p>(C) eventual medida cautelar deferida nessas ações terá, em regra, efeito <i>ex nunc</i>, mas eficácia restrita aos sujeitos da ação.</p> <p>(D) é admitida a intervenção de terceiros nessas ações de jurisdição constitucional.</p> <p>(E) ao julgar improcedente pedido formulado numa ação declaratória de constitucionalidade o STF, automaticamente, estará declarando a inconstitucionalidade do ato normativo que foi objeto da rejeitada ação.</p>
<p>58. Celestino, pessoa idosa, ajuíza ação de alimentos em face de João, um de seus 6 filhos maiores e capazes, sustentando sua necessidade ao amparo alimentar vindicado e as portentosas condições econômicas do réu em cumprir com o encargo. Em sua defesa, João, além de contrariar o pedido, veicula denúncia da lide em face de seus irmãos, afirmando a necessidade da integração ao feito de todos os co-responsáveis, haja vista tratar-se de obrigação indivisível.</p> <p>Nesse caso,</p> <p>(A) realmente, Celestino deveria direcionar seu pedido em face de todos os co-legitimados em vista da incidibilidade da obrigação alimentar.</p> <p>(B) o pleito de intervenção de terceiros se mostrou cabível em virtude do procedimento adequado à espécie.</p> <p>(C) a pretensão do réu deveria fundar-se não no pedido de intervenção mas sim de ilegitimidade de parte em razão da existência de litisconsórcio necessário no pólo passivo.</p> <p>(D) por ser idoso, Celestino pôde optar entre os alimentantes.</p> <p>(E) o pedido de litisdenúncia deveria ter sido veiculado em peça apartada da contestação.</p>	<p style="text-align: center;">DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS</p> <p>61. Na Ação Civil Pública e nos termos do pedido de tutela coletiva, reconhecendo a omissão ou deficiência do Poder Público na concretização da política pública definida em lei, o juiz tem o poder de determinar o seu cumprimento, legitimado</p> <p>(A) politicamente, com fundamento na discricionariedade judicial.</p> <p>(B) constitucionalmente, com fundamento na discricionariedade judicial, exceto se para tanto tiver que declarar, incidentalmente, a inconstitucionalidade de norma envolvida.</p> <p>(C) constitucionalmente, com fundamento em critérios objetivos de interpretação constitucional, de ponderação de valores, ainda que para tanto tenha que declarar, incidentalmente, a inconstitucionalidade por omissão em relação a política pública relativa ao bem jurídico constitucionalmente protegido.</p> <p>(D) politicamente, com fundamento em critérios objetivos de interpretação constitucional, de ponderação de valores, ainda que para tanto tenha que adentrar o mérito do ato administrativo, para assim estabelecer a solução ótima para a satisfação do interesse público.</p> <p>(E) constitucionalmente, com fundamento em critérios objetivos de interpretação constitucional, de ponderação de valores, ainda que para tanto tenha que, diante da “reserva do possível”, estabelecer uma implementação gradual do direito social fundamental, a fim de preservar o seu “mínimo vital”.</p>
<p>59. Na fase de cumprimento da sentença, para os fins previstos no <i>caput</i> do art. 475-J do CPC, o juiz ordena a pessoal intimação do Defensor Público, que atuou no processo como Curador Especial ao réu, citado por edital, para que o devedor, por ele “representado”, venha a efetuar o pagamento do débito, em 15 dias, sob pena de sujeição à multa de 10% do valor da dívida. Essa intimação, ordenada pelo juiz, é</p> <p>(A) inválida, pois não atuando por instrumento de mandato, o Defensor Público não reúne condições para representar o devedor e o acréscimo do débito afrontará o princípio do contraditório.</p> <p>(B) inválida, pois não atuando por instrumento de mandato, o Defensor Público não reúne condições para representar o devedor e o ato de intimação, no todo, mostra-se nulo por violar o princípio do devido processo legal.</p> <p>(C) válida, pois pelo regramento do art. 236 do CPC a intimação da parte representada poderá se dar na pessoa de seu procurador constituído nos autos.</p> <p>(D) válida, pois tal intimação constitui-se em ato assemelhado à citação pessoal.</p> <p>(E) válida, por ter sido suprimida do ordenamento processual a execução de títulos judiciais.</p>	<p>62. Certa empresa privada faz intensa campanha publicitária em que estimula a sociedade a ter consciência ambiental, porém, em sua atividade comercial, notoriamente realiza práticas altamente nocivas ao meio ambiente, contrariando diretamente os valores que prega. Trata-se de violação ao princípio de direito ambiental:</p> <p>(A) Da natureza pública da proteção ambiental.</p> <p>(B) Da obrigatoriedade da intervenção estatal.</p> <p>(C) Da educação ambiental.</p> <p>(D) Do poluidor – pagador.</p> <p>(E) Da prevenção e precaução.</p>

<p>63. Nos termos do art. 28, § 2º da Lei Estadual 12.300/06, que cuida da Política Estadual de Resíduos Sólidos, a coleta será feita, preferencialmente, de forma seletiva e com inclusão social. Tal norma deve ser aplicada</p> <p>(A) plena e imediatamente aos Municípios, independente da criação, através de lei, da respectiva política pública municipal.</p> <p>(B) de forma limitada aos Municípios, na medida em que, apesar de exercer o Estado a competência suplementar para a criação de normas gerais de controle de poluição e urbanismo (CF, art. 24, incs. I e VI), cabe ao Município, nos termos do exercício da competência para legislar sobre assuntos de interesse local, adotar ou não a sugestão de organizar preferencialmente o serviço de coleta seletiva de resíduos sólidos com inclusão social.</p> <p>(C) de forma plena e imediata aos Municípios, na medida em que exerce o Estado a competência suplementar para a criação de normas gerais de controle de poluição e urbanismo (CF, art. 24, incs. I e VI), ficando seu comando, porém, condicionado à inexistência do respectivo exercício da competência pelos Municípios.</p> <p>(D) aos Municípios somente após a criação da respectiva política pública municipal, mediante a propositura de mandado de injunção.</p> <p>(E) de forma plena aos Municípios, a partir do momento em que estes adotarem os critérios de elegibilidade para financiamento de projetos, relativos a programas e sistemas de resíduos sólidos estabelecidos pelo Estado, de acordo com o art. 30 da Lei Estadual 12.300/06.</p>	<p>66. Determinada empresa que envia cartão de vantagens com proposta de relacionamento a consumidores, sem prévia solicitação, desenvolve prática comercial</p> <p>(A) tolerada, desde que a proposta de relacionamento seja de evidente vantagem para o consumidor.</p> <p>(B) tolerada, desde que o não consumidor manifeste seu desinteresse no prazo estabelecido na proposta.</p> <p>(C) tolerada, desde que admitido pela autoridade competente.</p> <p>(D) proibida, eis que abusiva, porquanto imponha ao conhecimento do consumidor uma oferta de produto ou serviço não procurado.</p> <p>(E) tolerada, podendo, no entanto, ser abusiva, bastando que o consumidor manifeste seu desinteresse.</p>
<p>64. Nos termos da Lei Estadual de Proteção das bacias hidrográficas de interesse regional, podem ser criadas áreas de intervenção:</p> <p>(A) de restrição à ocupação, de ocupação dirigida e de recuperação ambiental.</p> <p>(B) de ocupação permitida, de ocupação tolerada e de ocupação proibida.</p> <p>(C) de restrição à ocupação, de desenvolvimento sustentável e de não aproveitamento econômico.</p> <p>(D) de restrição à ocupação, de ocupação dirigida e de desenvolvimento sustentável.</p> <p>(E) de desenvolvimento sustentável, de restrição à ocupação e de não aproveitamento econômico.</p>	<p>67. Nos termos da legislação pertinente de proteção a pessoas com transtornos mentais, a internação psiquiátrica</p> <p>(A) é definitiva, eis que o portador de transtorno psíquico não tem condições de retornar ao convívio social.</p> <p>(B) pode reverter em alta médica, mesmo naqueles casos em que o paciente é dependente da instituição psiquiátrica e não tem suporte social, mediante política específica de alta planejada e reabilitação psicossocial assistida.</p> <p>(C) pode reverter em alta médica, com a necessária continuidade do tratamento, desde que haja, apoio familiar do paciente.</p> <p>(D) não deve reverter em alta médica, mesmo que o paciente tenha independência suficiente para o convívio e suporte social, no caso de ter sido determinada compulsoriamente.</p> <p>(E) pode reverter em alta médica apenas se determinada a pedido do paciente, desde que tenha independência suficiente para o convívio e suporte social.</p>
<p>65. Nos termos da Lei Estadual de emprego de fogo nas plantações de cana-de-açúcar, a queima</p> <p>(A) é sempre proibida, eis que é uma ameaça permanente à vida humana, causa danos ambientais ou agrava condições meteorológicas desfavoráveis.</p> <p>(B) é tolerada, bastando apenas a ciência formal ao Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais.</p> <p>(C) é tolerada, bastando apenas a ciência formal ao Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais, e desde que a área atingida não seja superior a 500 ha (quinhentos hectares).</p> <p>(D) é tolerada, bastando apenas que o interessado providencie o acompanhamento de toda a operação de queima, até sua extinção, com vistas à adoção de medidas adequadas de contenção do fogo na área definida para o emprego do fogo.</p> <p>(E) pode, ainda que autorizada, ser suspensa pela autoridade ambiental quando se constatar e comprovar risco à vida humana, danos ambientais ou condições meteorológicas desfavoráveis.</p>	<p>68. O programa educacional direcionado à terceira idade, na Política Estadual do Idoso, tem como objetivo, entre outros,</p> <p>(A) compreender o analfabetismo do idoso como conseqüência da sua incapacidade para aprender, em face da sua senilidade.</p> <p>(B) estimular o desenvolvimento social e valorização pessoal, restabelecendo a auto-estima e facultando a elaboração de novos projetos de vida.</p> <p>(C) criar programas educacionais que priorizem a avaliação de desempenho, para que o idoso possa ter condições de competir socialmente.</p> <p>(D) permitir que o desejo do isolamento do idoso prevaleça, não criando espaços de convivência, que só serviriam para abrigar uma coletividade solitária.</p> <p>(E) consolar o idoso, prestando assistência para enfrentar esta fase improdutiva da vida.</p>

<p>69. Dentre as medidas, na área de formação profissional e do trabalho, do sistema de apoio a pessoa portadora de deficiência, pode-se destacar:</p> <p>(A) o apoio governamental à formação básica, sem caráter profissional, a fim de que o deficiente não se sinta obrigado a trabalhar.</p> <p>(B) o empenho do Poder Público quanto à criação e à manutenção de empregos, exclusivamente em tempo integral, destinados às pessoas portadoras de deficiência que não tenham acesso aos empregos comuns.</p> <p>(C) a promoção de ações eficazes que propiciem a inserção, nos setores públicos e privado, de pessoas portadoras de deficiência.</p> <p>(D) a adoção de legislação específica que discipline a reserva de mercado de trabalho, em favor das pessoas portadoras de deficiência, exclusivamente nas entidades da Administração Pública.</p> <p>(E) o estabelecimento de regras que obriguem o setor privado a empregar todos os candidatos portadores de deficiência que se apresentarem.</p>	<p>72. O ECA distingue o tratamento dirigido à criança do tratamento dirigido ao adolescente em relação</p> <p>(A) ao regramento das autorizações de viagens ao exterior.</p> <p>(B) à compra de fogos de artifício.</p> <p>(C) à proibição de hospedagem, desacompanhado de pais ou responsável, em hotel.</p> <p>(D) à participação em espetáculos públicos.</p> <p>(E) à autoridade incumbida da aplicação de eventual medida no caso de ato infracional.</p>
<p>70. A legitimidade ativa da Defensoria Pública para propor ação civil pública é</p> <p>(A) limitada à existência de relação com os interesses dos necessitados, podendo apontar para qualquer tipo de interesse metaindividual, inclusive para os interesses difusos, eis que não há necessidade destes corresponderem completamente a interesses dos necessitados.</p> <p>(B) ilimitada, cabendo, porém, ao Defensor Público dirigi-la para a defesa dos necessitados.</p> <p>(C) limitada à existência de relação com os interesses dos necessitados, podendo apontar, porém, somente para os interesses individuais homogêneos e interesses coletivos, eis que com relação aos interesses difusos não há possibilidade de discriminar os interesses dos necessitados.</p> <p>(D) ilimitada, podendo apontar para qualquer tipo de interesse metaindividual.</p> <p>(E) ilimitada, mas somente para os interesses individuais homogêneos.</p>	<p>73. João, com dezesseis anos, teria furtado um relógio de Jairo, seu guardião, que denunciou o fato à polícia e ao Conselho Tutelar, expulsando João de casa. João respondeu procedimento de apuração de ato infracional, no qual pode o juiz, segundo dispõe expressamente o ECA,</p> <p>(A) aplicar a João medida de advertência, ainda que não haja prova suficiente de autoria.</p> <p>(B) aplicar a João medida de abrigo em entidade cumulada com medida de prestação de serviços à comunidade.</p> <p>(C) aplicar a João remissão como forma de exclusão do processo.</p> <p>(D) aplicar a João medida sócio-educativa e a Jairo medida pertinente aos pais ou responsável.</p> <p>(E) determinar a perda da guarda deferida a Jairo sobre João.</p>
<p>DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE</p>	<p>74. Segundo disposição expressa do ECA, é característica do sistema recursal nos procedimentos afetos à Justiça da Infância e Juventude:</p> <p>(A) aplicação das regras do Código de Processo Civil nos procedimentos de apuração de ato infracional atribuído a adolescente e de crime praticado contra criança.</p> <p>(B) reexame necessário da sentença que deferir adoção por estrangeiro.</p> <p>(C) possibilidade de reforma da sentença pela própria autoridade judiciária que a proferiu.</p> <p>(D) prazo de dez dias para todos os recursos, salvo os de embargos de declaração e embargos infringentes.</p> <p>(E) processamento do recurso contra sentença de internação condicionado à manifestação da vontade de recorrer pelo adolescente sentenciado.</p>
<p>71. A guarda, conforme regida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA),</p> <p>(A) quando permanente, requer, se os pais forem vivos, a suspensão do poder familiar.</p> <p>(B) confere a seu detentor, salvo vedação expressa na sentença, direito de representação/assistência da criança/adolescente.</p> <p>(C) é modalidade de colocação em família substituta, salvo se deferida a tios ou avós.</p> <p>(D) pode ser deferida liminarmente em processo de adoção por estrangeiro, mas não autoriza a saída da criança/adolescente do país.</p> <p>(E) pode ser deferida a empregador que contrata adolescente trazido de outra comarca para prestação de serviços domésticos.</p>	<p>75. Em proteção a adolescentes apreendidos pela prática de ato infracional, prevê expressamente o ECA a</p> <p>(A) proibição do uso de algemas.</p> <p>(B) responsabilidade administrativa da autoridade que não comunicar a apreensão aos pais ou responsável.</p> <p>(C) apresentação imediata do jovem apreendido em flagrante à autoridade judiciária.</p> <p>(D) proibição da divulgação, pelos meios de comunicação, do nome, das iniciais do nome e do apelido do suspeito.</p> <p>(E) impossibilidade do transporte em viatura policial comum.</p>

<p>76. Na comarca X, adolescentes estavam consumindo bebidas alcoólicas em bailes e boates. Pelo que prevê expressamente o Estatuto da Criança e do Adolescente é possível ao juiz da infância e juventude intervir na situação</p> <p>(A) disciplinando, através de portaria, a entrada de adolescentes desacompanhados dos pais em cada um dos bailes e boates da cidade.</p> <p>(B) determinando aos conselheiros tutelares atividade de fiscalização nos bailes e boates.</p> <p>(C) determinando aos comissários ou agentes de proteção a apreensão de crianças e adolescentes que estejam consumindo bebidas alcoólicas para apresentação imediata ao Conselho Tutelar.</p> <p>(D) determinando, após regular processo, o fechamento do estabelecimento por até 30 dias.</p> <p>(E) aplicando medidas sócio-educativas aos adolescentes flagrados no consumo de bebida alcoólica.</p>	<p>80. Dentre os critérios expressamente previstos no ECA a serem considerados na aplicação da medida sócio-educativa, tem-se</p> <p>(A) as necessidades pedagógicas do adolescente, sua capacidade de cumprimento e a gravidade da infração.</p> <p>(B) as circunstâncias da infração, o respaldo familiar do adolescente e sua capacidade de cumprimento.</p> <p>(C) a gravidade e as circunstâncias da infração e a personalidade do adolescente.</p> <p>(D) as circunstâncias da infração, o contexto social do adolescente e a necessidade imperiosa da medida.</p> <p>(E) as necessidades pedagógicas, o respaldo familiar e a idade do adolescente.</p>
<p>77. A fim de proteger o direito à vida e saúde, o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê, expressamente,</p> <p>(A) sanção penal para pais que não providenciarem a vacinação obrigatória de crianças.</p> <p>(B) obrigação dos hospitais, públicos e privados, de manter alojamento conjunto para mãe e filho recém-nascido.</p> <p>(C) comunicação obrigatória ao juiz, pelo hospital, de crianças e adolescentes atendidos em situação de suspeita de maus tratos.</p> <p>(D) obrigação das entidades que desenvolvem programa de internação de manter em seus quadros médico para atendimento de adolescentes privados de liberdade.</p> <p>(E) notificação obrigatória ao Conselho Tutelar, pelos serviços de saúde, de casos de gravidez na infância ou adolescência.</p>	<p style="text-align: center;">DIREITOS HUMANOS</p> <p>81. Defensor Público levou caso de violação de direitos humanos, ocorrido em São Paulo, ao conhecimento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que a entendeu pertinente. Contudo, o Estado brasileiro não cumpriu as recomendações respectivas. Diante de tal situação, o Defensor Público</p> <p>(A) deve peticionar à Comissão Interamericana de Direitos Humanos requerendo a remessa do caso à Corte Interamericana de Direitos Humanos, para que o Brasil seja formalmente condenado.</p> <p>(B) deve requerer à Corte Interamericana de Direitos Humanos que seja o caso trazido à sua apreciação, para que o Brasil seja formalmente condenado.</p> <p>(C) pode quedar inerte, pois a remessa do caso pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos à Corte Interamericana de Direitos Humanos é automática nestes casos.</p> <p>(D) pode requerer a homologação da decisão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos perante o Supremo Tribunal Federal, nos termos do artigo 483 do Código de Processo Civil, para posterior execução.</p> <p>(E) deve peticionar à Comissão Interamericana de Direitos Humanos para que officie diretamente o Governo do Estado de São Paulo para que cumpra suas recomendações.</p>
<p>78. Segundo as regras do ECA, tem a Justiça da Infância e Juventude competência para</p> <p>(A) impor medida sócio-educativa a adolescente diante da prática de ato infracional, com exceção daqueles afetos a julgamento pelo Tribunal do Júri.</p> <p>(B) conhecer, com exclusividade, de pedidos de adoção, desde que o adotando tenha menos de dezoito anos.</p> <p>(C) conhecer de ação que vise compelir a União, Estado ou Município a oferecer atendimento médico a criança ou adolescente.</p> <p>(D) conhecer de ação de alimentos em favor de crianças e adolescente que estejam com direito violado por omissão dos pais ou responsável.</p> <p>(E) conhecer, com exclusividade, dos pedidos de destituição do poder familiar.</p>	<p>82. A respeito da relação entre o jusnaturalismo e o juspositivismo, o Direito Internacional dos Direitos Humanos consagra a noção, segundo a qual</p> <p>(A) o reconhecimento dos direitos humanos nas Constituições caracteriza a transição da fundamentação daqueles, do direito natural ao direito positivo.</p> <p>(B) só se pode admitir a formulação de novos direitos humanos por parlamentos legitimamente eleitos, tendo em vista o primado da soberania estatal, atualmente.</p> <p>(C) é recomendável a positivação dos direitos humanos sem, contudo, olvidar sua fundamentação no Direito Natural, permitindo o paulatino reconhecimento de novos direitos.</p> <p>(D) é irrelevante seu reconhecimento pela legislação interna dos países, considerando que os direitos humanos são inerentes ao ser humano.</p> <p>(E) os direitos humanos, historicamente fundados no Direito Natural, necessitam ser reconhecidos pelo Direito Positivo para se tornarem exigíveis.</p>
<p>79. O Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente</p> <p>(A) é gerido pelos Conselhos Tutelares Estaduais.</p> <p>(B) deve aplicar percentual de suas receitas em programas de incentivo ao acolhimento, sob guarda, de órfãos ou abandonados.</p> <p>(C) deve destinar recursos oriundos de doações subsidiadas a entidades ou programas indicados pelo doador.</p> <p>(D) corresponde ao total das verbas do orçamento público estadual destinado ao atendimento dos direitos da criança e do adolescente.</p> <p>(E) é responsável pelo custeio da remuneração devida aos membros do Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente.</p>	

83. A respeito do Tribunal Penal Internacional, é INCORRETO afirmar:

- (A) Sua jurisdição é adicional e complementar à dos Estados, cabendo a estes a responsabilidade primária quanto ao julgamento das violações de direitos humanos.
- (B) Suas penas estão limitadas à prisão por 30 anos, podendo ser aplicada excepcionalmente a pena de morte, quando justificada pela extrema gravidade do crime e pelas circunstâncias pessoais do condenado.
- (C) Além de sanções de natureza penal, pode determinar a reparação às vítimas de crimes e respectivos familiares.
- (D) Tem competência para apreciar denúncias de cometimento de crimes contra os direitos humanos praticados por agentes públicos, sem distinções baseadas em cargo oficial.
- (E) Tem natureza permanente e pode ser acionado em face do cometimento dos crimes contra a humanidade, de genocídio, e de guerra, os quais obedecem aos princípios da legalidade e anterioridade penal.

84. Considere as afirmações seguintes:

- I. Compete ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana promover inquéritos, investigações e estudos acerca da eficácia das normas asseguradoras dos direitos da pessoa humana, inscritos na Constituição Federal, na Declaração Americana dos Direitos e Deveres Fundamentais do Homem (1948) e na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).
- II. O Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana é composto majoritariamente por conselheiros oriundos da sociedade civil, incumbindo ao Poder Executivo fornecer-lhe suporte administrativo e financeiro.
- III. Compete à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal, nas hipóteses de grave violação de direitos humanos.
- IV. Ao Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana incumbe a indicação dos candidatos a ouvidor da Defensoria Pública, da Polícia e da Secretaria de Administração Penitenciária.

SOMENTE estão corretas as afirmações:

- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) I, II e IV.
- (D) II e III.
- (E) III e IV.

85. Leia os excertos abaixo, extraídos de obras clássicas da filosofia política.

- I. “Portanto, para que um governo arbitrário fosse legítimo, seria preciso que o povo, em cada geração, fosse senhor de o admitir ou rejeitar; mas então tal governo já não seria arbitrário. Renunciar à própria liberdade é o mesmo que renunciar à qualidade de homem, aos direitos da Humanidade, inclusive aos seus deveres. Não há nenhuma compensação possível para quem quer que renuncie a tudo. Tal renúncia é incompatível com a natureza humana, e é arrebatar toda moralidade a suas ações, bem como subtrair toda liberdade à sua vontade. Enfim, não passa de vã e contraditória convenção estipular, de um lado, uma autoridade absoluta, e, de outro, uma obediência sem limites.”
- II. “Nenhum dos chamados direitos humanos ultrapassa, portanto, o egoísmo do homem, do homem como membro da sociedade burguesa, isto é, do indivíduo voltado para si mesmo, para seu interesse particular, em sua arbitrariedade privada e dissociado da comunidade. Longe de conceber o homem como um ser genérico, esses direitos, pelo contrário, fazem da própria vida genérica, da sociedade, um marco exterior aos indivíduos, uma limitação de sua independência primitiva. O único nexos que os mantém em coesão é a necessidade natural, a necessidade e o interesse particular, a conservação de suas propriedades e de suas individualidades egoístas.”
- III. “Os entes, cujo ser na verdade não depende de nossa vontade, mas da natureza, quando irracionais, têm unicamente um valor relativo, como meios, e chamam-se por isso *coisas*; os entes racionais, ao contrário, denominam-se *pessoas*, pois são marcados, pela sua própria natureza, como fins em si mesmos; ou seja, como algo que não pode servir simplesmente de meio, o que limita, em consequência, nosso livre arbítrio.”

O excerto apresentado em

- (A) III é de Karl Marx e representa a fundamentação racional da dignidade do ser humano.
- (B) II é de John Locke e representa a crítica socialista aos direitos humanos de origem liberal.
- (C) II é de Immanuel Kant e representa a crítica socialista aos direitos humanos de origem liberal.
- (D) I é de Thomas Hobbes e representa sua concepção a respeito dos limites do poder político em face dos direitos humanos.
- (E) I é de Jean-Jaques Rousseau e representa sua concepção a respeito dos limites do poder político em face dos direitos humanos.

86. As Constituições Mexicana (1917) e Alemã (1919) são historicamente relevantes para os direitos humanos porque

- (A) incorporaram ao direito interno as normas da Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- (B) restabeleceram o paradigma da dignidade humana, abalado pelos eventos da Segunda Guerra Mundial.
- (C) enfatizaram a prevalência dos direitos individuais sobre os coletivos.
- (D) elevaram os direitos trabalhistas e previdenciários ao nível de direitos fundamentais.
- (E) inspiraram a elaboração da Declaração dos Direitos do Povo Trabalhador e Explorado.

<p>87. Dos tratados internacionais de direitos humanos, abaixo relacionados, o que possui o maior número de reservas formuladas pelos respectivos Estados-partes é a Convenção</p> <p>(A) sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial.</p> <p>(B) relativa ao Estatuto dos Refugiados.</p> <p>(C) sobre os Direitos da Criança.</p> <p>(D) sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.</p> <p>(E) contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes.</p>	<p>90. Muito se discute no Brasil a respeito da redução da maioria penal, supostamente capaz de inibir o cometimento de práticas criminosas por jovens. A respeito do tema, a Convenção sobre os Direitos da Criança (ONU), estabelece o conceito de “criança”, o qual aplica-se</p> <p>(A) apenas às pessoas com idade inferior a quatorze anos, a não ser quando por lei do Estado-parte a maioria seja determinada com idade mais baixa.</p> <p>(B) a todas as pessoas com idade inferior a dezoito anos, sendo vedado ao Estado-parte da Convenção fixá-la abaixo deste limite.</p> <p>(C) apenas às pessoas com idade inferior a quatorze anos, sendo vedado ao Estado-parte da Convenção fixá-la abaixo deste limite.</p> <p>(D) a todas as pessoas com idade inferior a dezoito anos, a não ser quando por lei do Estado-parte a maioria seja determinada com idade mais baixa.</p> <p>(E) às pessoas jovens conforme definido pela legislação do Estado-parte.</p>
<p>88. O Caso Velasquez Rodriguez, julgado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos em 1988, tem relevância histórica porque o tribunal</p> <p>(A) estabeleceu que os Estados têm o dever de prevenir, investigar e punir violações de direitos humanos enunciados na Convenção Americana de Direitos Humanos.</p> <p>(B) ordenou, pela primeira vez, medidas provisórias para garantir a vida e a integridade física da vítima.</p> <p>(C) consolidou o entendimento de que leis de anistia são incompatíveis com a Convenção Americana de Direitos Humanos.</p> <p>(D) fixou os parâmetros para o pagamento de indenização em caso do desaparecimento forçado de pessoas.</p> <p>(E) entendeu, pela primeira vez, que os direitos previstos no Protocolo de São Salvador têm exigibilidade imediata.</p>	<p>(C) apenas às pessoas com idade inferior a quatorze anos, sendo vedado ao Estado-parte da Convenção fixá-la abaixo deste limite.</p> <p>(D) a todas as pessoas com idade inferior a dezoito anos, a não ser quando por lei do Estado-parte a maioria seja determinada com idade mais baixa.</p> <p>(E) às pessoas jovens conforme definido pela legislação do Estado-parte.</p>
<p>89. Ao comentar o problema da criminalidade no Brasil, Walter Ceneviva afirmou: “Os caminhos para a solução têm sido marcados por fatos estranhos ao direito e pela complexidade das condições da vida urbana, da escolaridade generalizada, da proteção à saúde, do atendimento previdenciário estendido a todos, menos pobreza e assim por diante. Em face dessas circunstâncias, mais se acentua o grave mal de leis nascidas de escândalos ocasionais e das paixões momentâneas, prejudicando e retardando as soluções.” (Crime pede soluções a longo prazo. Folha de S. Paulo, 17 de março de 2007. Caderno Cotidiano Especial, p. C2.)</p> <p>Comparando tal pensamento com as características do Direito Internacional dos Direitos Humanos, é correto afirmar que o texto</p> <p>(A) colide com a noção de que os direitos humanos devem ser protegidos pelo império da lei, prevista no terceiro Considerando da Declaração Universal dos Direitos Humanos.</p> <p>(B) coincide com a noção de indivisibilidade entre direitos civis e políticos e direitos econômicos, sociais e culturais, significando que os direitos somente adquirem plena eficácia se realizados conjuntamente.</p> <p>(C) coincide com a noção de que a realização do direito à segurança pública prescinde da promoção simultânea de outras políticas públicas, resultado de direitos previstos em tratados internacionais.</p> <p>(D) coincide com a noção de que leis, fruto do livre exercício dos direitos políticos e do contrato social, podem estabelecer punições sem considerar o estágio de desenvolvimento econômico e social.</p> <p>(E) coincide com a noção de que a evolução dos direitos humanos em gerações pressupõe a prévia realização dos direitos civis e políticos, como condição para a promoção dos direitos econômicos, sociais e culturais.</p>	<p style="text-align: center;">PRINCÍPIOS E ATRIBUIÇÕES INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO</p> <p>91. Decidir sobre matéria relativa à autonomia funcional e administrativa da Defensoria Pública é competência</p> <p>(A) do Defensor Público-Geral.</p> <p>(B) do Corregedor-Geral.</p> <p>(C) do Ouvidor-Geral.</p> <p>(D) do Conselho Superior.</p> <p>(E) da Escola da Defensoria Pública.</p> <p>92. Os membros do Conselho Consultivo da Ouvidoria-Geral, representantes de entidades notoriamente comprometidas com os princípios e atribuições da Defensoria Pública do Estado, são pessoas indicadas</p> <p>(A) pelo Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CONDEPE.</p> <p>(B) pelas Defensorias Públicas Regionais.</p> <p>(C) pelo ouvidor-geral.</p> <p>(D) pelo Conselho Superior da Defensoria Pública.</p> <p>(E) pela Assembléia Legislativa.</p> <p>93. Nos termos do art. 187 da Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, a apuração das infrações disciplinares atribuídas a defensores públicos será feita mediante</p> <p>(A) processo administrativo sumário.</p> <p>(B) processo administrativo sumário e processo administrativo ordinário.</p> <p>(C) via rápida.</p> <p>(D) sindicância.</p> <p>(E) processo administrativo ordinário.</p>

<p>94. Nos termos do art. 56 da Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, são órgãos auxiliares da Defensoria Pública:</p> <p>(A) a Escola da Defensoria Pública e os Centros de Atendimento Multidisciplinar.</p> <p>(B) a Escola da Defensoria Pública, os Centros de Atendimento Multidisciplinar, a Coordenadoria Geral de Administração, a Coordenadoria de Comunicação Social e Assessoria de Imprensa, a Coordenadoria de Tecnologia da Informação e o Grupo de Planejamento Setorial.</p> <p>(C) a Escola da Defensoria Pública, os Centros de Atendimento Multidisciplinar, a Coordenadoria Geral de Administração, a Coordenadoria de Comunicação Social e Assessoria de Imprensa, a Coordenadoria de Tecnologia da Informação, os Estagiários e o Grupo de Planejamento Setorial.</p> <p>(D) os Centros de Atendimento Multidisciplinar, a Coordenadoria Geral de Administração, a Coordenadoria de Comunicação Social e Assessoria de Imprensa, a Coordenadoria de Tecnologia da Informação, os Estagiários e o Grupo de Planejamento Setorial.</p> <p>(E) a Coordenadoria Geral de Administração, a Coordenadoria de Comunicação Social e Assessoria de Imprensa e a Coordenadoria de Tecnologia da Informação.</p>	<p>97. NÃO é prerrogativa do defensor público</p> <p>(A) dispor, em tribunais, fóruns e demais locais de funcionamento de órgãos judiciários, em estabelecimentos penais, nos destinados à internação de adolescentes e em delegacias de polícia, de instalações condignas e compatíveis com o exercício de suas funções, especialmente no que respeita ao atendimento público.</p> <p>(B) agir, em juízo ou fora dele, com isenção de emolumentos, taxas e custas do foro judicial e extrajudicial, no exercício de suas funções.</p> <p>(C) atuar na defesa de interesses ou direitos individuais, difusos, coletivos ou individuais homogêneos, em processo administrativo, independentemente de mandato, ressalvados os casos para os quais a lei exija poderes especiais.</p> <p>(D) examinar, em qualquer órgão da administração pública estadual, autos de processos findos ou em andamento, mesmo sem procuração, quando não estejam sujeitos a sigilo, assegurada a obtenção de cópias, podendo, ainda, tomar apontamentos.</p> <p>(E) requisitar, a qualquer empresa concessionária ou permissionária de serviços públicos, exames, certidões, cópias reprográficas, perícias, vistorias, diligências, processos, documentos, informações, esclarecimentos e demais providências necessárias ao exercício de suas atribuições, podendo acompanhar as diligências requeridas.</p>
<p>95. O corregedor-geral da Defensoria Pública é</p> <p>(A) um defensor público nomeado pelo governador do Estado a partir de lista elaborada pelo Conselho Superior da Defensoria Pública.</p> <p>(B) um servidor da Defensoria Pública nomeado pelo defensor público-geral do Estado.</p> <p>(C) uma pessoa nomeada pelo governador do Estado, a partir de lista triplíce elaborada pelo Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CONDEPE.</p> <p>(D) uma pessoa nomeada pelo defensor público-geral do Estado, a partir de lista elaborada pelo Conselho Superior da Defensoria Pública.</p> <p>(E) um defensor público nomeado pelo governador do Estado, a partir de lista elaborada pelo Conselho Nacional de Justiça.</p>	<p>98. É beneficiário da assistência judiciária gratuita, nos termos da Lei nº 1.060/50, todo aquele</p> <p>(A) cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família.</p> <p>(B) que tem renda familiar mensal de no máximo 3 salários mínimos.</p> <p>(C) que não possuir nenhum bem imóvel ou aplicação financeira.</p> <p>(D) que não tiver vínculo empregatício formal.</p> <p>(E) que optar pelo serviço oferecido pelos poderes públicos federal ou estadual.</p>
<p>96. NÃO é dever do defensor público</p> <p>(A) comparecer, em horário normal de expediente, ao local onde exerce suas funções.</p> <p>(B) atender aos necessitados, nos dias e horários previamente estabelecidos e divulgados, salvo nos casos urgentes.</p> <p>(C) manifestar-se sobre as matérias em discussão no Conselho Superior da Defensoria Pública.</p> <p>(D) participar dos atos judiciais, quando necessária a sua presença.</p> <p>(E) esgotar as medidas e recursos cabíveis na defesa dos interesses do necessitado assistido, inclusive promover a revisão criminal e a ação rescisória.</p>	<p>99. Os atos de gestão administrativa da Defensoria Pública</p> <p>(A) são exclusivos do Defensor Público-Geral.</p> <p>(B) são imunes à fiscalização externa.</p> <p>(C) têm auto-executividade e eficácia plena.</p> <p>(D) têm eficácia e executividade após apreciação prévia pela Secretarias de Estado da Fazenda e do Planejamento.</p> <p>(E) dependem de delegação do Governador do Estado.</p> <p>100. A garantia da inamovibilidade do defensor público, nos termos da Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, impede a remoção</p> <p>(A) qualificada.</p> <p>(B) a pedido.</p> <p>(C) por promoção.</p> <p>(D) por permuta.</p> <p>(E) compulsória.</p>

A01 - tipo 1

001 - E	018 - E	035 - B	052 - C	069 - C	086 - D
002 - B	019 - C	036 - C	053 - B	070 - A	087 - D
003 - E	020 - A	037 - D	054 - C	071 - E	088 - A
004 - A	021 - A	038 - A	055 - A	072 - E	089 - B
005 - D	022 - D	039 - D	056 - B	073 - A	090 - D
006 - E	023 - B	040 - C	057 - E	074 - C	091 - D
007 - B	024 - C	041 - B	058 - D	075 - D	092 - C
008 - C	025 - A	042 - E	059 - B	076 - A	093 - B
009 - A	026 - E	043 - C	060 - E	077 - B	094 - C
010 - D	027 - C	044 - A	061 - E	078 - D	095 - A
011 - B	028 - E	045 - D	062 - C	079 - B	096 - C
012 - E	029 - D	046 - A	063 - B	080 - A	097 - E
013 - A	030 - E	047 - E	064 - A	081 - C	098 - A
014 - B	031 - A	048 - C	065 - E	082 - C	099 - C
015 - D	032 - B	049 - B	066 - D	083 - B	100 - C
016 - D	033 - E	050 - D	067 - B	084 - A	
017 - C	034 - A	051 - D	068 - B	085 - E	